



## RELATÓRIO DE GESTÃO DA ÉTICA DE 2024

### MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

#### 1 INTRODUÇÃO

1. A Comissão de Ética Setorial do Ministério da Igualdade Racial – CES/MIR é um colegiado ligado diretamente à Ministra de Estado, integrado por servidoras e servidores públicas(os) com mandatos de membros titulares e suplentes. A CES/MIR conta com uma Secretaria-Executiva SECES/MIR com um(a) secretário(a)- executivo(a) titular e um(a) suplente para um mandato de 3 (três) anos.
2. O Ministério da Igualdade Racial – MIR foi criado por meio da [Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023](#), depois convertida pela [Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#), e sua Comissão de Ética foi constituída a partir da [Portaria MIR nº 126, de 18 de abril de 2024](#), com base na [Portaria MIR nº 17, de 18 de janeiro de 2024](#), no [Decreto nº 6.029, 1º de fevereiro de 2007](#) e na [Resolução CEP nº 10, de 29 de setembro de 2008](#).
3. A CES/MIR tem como foco principal a promoção da cultura ética, atuando com ênfase em ações de cunho preventivo, consultivo e educativo para fortalecimento da integridade pública nas decisões e ações voltadas aos objetivos institucionais da Pasta. A comissão também apura denúncias e representações contra agentes públicos(as) por infrações às normas éticas e funciona como instância de representação do MIR junto à Comissão de Ética Pública da Presidência da República– CEP e à Controladoria-Geral da União – CGU nos assuntos atinentes à gestão da ética.
4. Importa ressaltar que a promoção da cultura ética está ligada ao Objetivo Estratégico Gerencial 7 ("Fortalecer a governança e as demais bases de gestão de políticas, processos e recursos do Ministério") e ao Objetivo Estratégico de Suporte 10 ("Implementar uma cultura organizacional baseada no cuidado com os recursos, pessoas, processos e as políticas"), presentes no Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico MIR 2023-2026, publicado por meio da Portaria MIR nº 3, de 8 de janeiro de 2025, de que trata o processo nº 21290.004606/2024-51.
5. Este relatório representa o principal instrumento de registro das ações e resultados de 2024 relacionados ao [Plano de Gestão da Ética da CES/MIR para o triênio 2024-2027](#), que correspondem também às funções atinentes à gestão da ética no [Plano de Integridade do MIR 2024-2026](#). Seu texto foi aprovado pela CES/MIR e, posteriormente, submetido ao Comitê de Integridade, Transparência, Ética e Responsabilização - CITER, colegiado criado por meio da [Portaria SE-MIR nº 13, de 22 de agosto de 2023](#).

#### 2 COMPOSIÇÃO

6. A CES/MIR é composta por três membros titulares, dentre quais figura um como Presidente, e respectivos suplentes, designados por ato da Ministra de Estado dentre os agentes públicos ocupantes de cargo efetivo ou de emprego público de quadro permanente que estejam em exercício no MIR. O colegiado é, atualmente, formado pelos seguintes componentes, cujos mandatos iniciaram-se em 22/04/2024, decorrente da publicação da [Portaria MIR nº 126, de 2024](#), e da [Portaria MIR nº 157, de 19 de setembro de 2024](#):

I - Titulares:

- a) Membro Titular 1 - Kátia Evangelista Régis, com mandato de 2 anos, no exercício da Presidência;
- b) Membro Titular 2 - Ana Luísa Coelho Moreira, com mandato de 3 anos;
- c) Membro Titular 3 - Victor Lemes Cruzeiro, com mandato de 1 ano;

II - Suplentes:

- a) Membro Suplente 1 - Rogério Vilela Borges de Andrade Franco, com mandato de 3 anos;
- b) Membro Suplente 2 - João Victor de Souza Batista, com mandato de 2 anos;
- c) Membro Suplente 3 - Leonice Aparecida de Fátima, com mandato de 1 ano;

III - Secretária-Executiva:

- a) Titular - Temístocles Murilo de Oliveira Júnior;
- b) Suplente - Renato da Silva Gomes; e
- c) Requisitado - Rodrigo José Henriques Faria.

7. A CES/MIR tem a **finalidade** de gerir e promover a ética pública no âmbito do MIR, dirimir dúvidas e prestar orientações em questões atinentes ao tema e de apurar notícia de eventual violação ética, adotando, se for o caso, medidas sancionatórias e consensuais e demais ações de remediação. Entre os temas atinentes à ética pública de que trata o *caput*, incluem-se em especial:

- I - o comportamento de servidores públicos ou colaboradores no tratamento com seus pares ou cidadãos em geral, bem como em atos de comunicação interna, manifestações públicas e na participação em redes sociais; e
- II - os dilemas éticos na tomada de decisão, o nepotismo e o conflito de interesses e seus tópicos, como atuação em atividades privadas, participação em compromissos públicos e recebimento de presentes e hospitalidades.

8. A CES-MIR exerce as seguintes **competências** delegadas a partir da [Portaria MIR nº 17, de 2024](#):

I - atuar como instância de consulta da Ministra de Estado, da Secretaria-Executiva e demais dirigentes do MIR nos assuntos atinentes à promoção da ética, notadamente:

- a) prevenção e apuração de infrações éticas;
- b) orientações para a conduta de agentes públicos em atos de comunicação interna, manifestação pública e participação em redes sociais;
- c) prevenção e apuração do nepotismo, observado o disposto no Decreto nº 7.203, de 2010;
- d) prevenção do conflito de interesses, observada a Lei nº 12.813, de 2013; e
- e) prevenção e apoio à mediação, no caso de conflito interpessoal, observada a Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, e demais normas e orientações aplicáveis;

II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, com a incumbência de:

- a) submeter à CEP propostas de aperfeiçoamento do Código de Ética Profissional;
- b) apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes;
- c) recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina;

III - representar o MIR junto à CEP e à Rede de Ética do Poder Executivo Federal;

IV - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas;

V - orientar e aconselhar sobre a conduta ética do agente público, inclusive no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;

VI - responder consultas que lhes forem dirigidas;

VII - receber denúncias e representações contra agentes públicos por suposto descumprimento às normas éticas;

VIII - instaurar e conduzir processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar infração ética ou a prática de nepotismo, incluídos os atos de:

- a) intimar agente público ou outras pessoas a prestar informação, quando necessário para apuração de fato ou conduta;
- b) requisitar a agente público, a órgão ou entidade federal informações e documentos necessários à instrução de expedientes e apurações;
- c) requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes e apurações, a agentes públicos e a órgãos ou entidades de outros entes da federação ou de outros Poderes da República;
- d) realizar diligências e solicitar pareceres de especialistas, quando necessário;
- e) esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos e de prática de nepotismo;
- f) aplicar a penalidade de censura ética ao agente público e encaminhar cópia do ato à unidade de gestão de pessoal, podendo sugerir à Ministra de Estado:

1) a exoneração do agente público de cargo ou função de confiança;

2) a devolução ao órgão ou entidade de origem do agente público exercente de cargo ou função de confiança;

3) a remessa de expediente ao setor competente para exame de eventuais transgressões de natureza diversa, bem como para apuração e ressarcimento de dano ao Erário;

4) a adoção de outras medidas para evitar ou sanar desvios éticos, lavrando, se for o caso, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional - ACPP, previsto no art. 2º, inciso XV, alínea d, da Resolução nº 10, de 2008;

g) arquivar os processos ou remetê-los ao órgão competente quando seja comprovado o desvio ético ou configurada infração cuja apuração seja da competência de órgão distinto;

h) notificar as partes sobre suas decisões;

IX - dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética e deliberar sobre os casos omissos, observadas as normas e orientações da CEP;

X - dar ampla divulgação ao regramento ético;

XI - dar publicidade de seus atos, observadas as hipóteses restritivas de acesso público à informação;

XII - requisitar agente público do órgão para prestar serviços transitórios de cunho técnico ou administrativo, mediante prévia autorização da Ministra de Estado;

XIII - elaborar e executar o plano de trabalho de gestão da ética;

XIV - em conjunto com a unidade organizacional responsável pela gestão de pessoas, receber as consultas sobre a existência de conflito de interesses e os pedidos de autorização para o exercício de atividade privada dos agentes públicos e comunicar aos interessados o resultado da análise;

XV - efetuar análise preliminar acerca da existência ou não de potencial conflito de interesses nas consultas que lhe forem submetidas;

XVI - autorizar agente público a exercer atividade privada, quando verificada a inexistência de potencial conflito de interesses ou a sua irrelevância;

XVII - orientar os agentes públicos sobre como prevenir ou impedir conflito de interesses e como resguardar informação privilegiada;

XVIII - contribuir na prevenção de conflitos interpessoais internos ao MIR, daí excluídos os conflitos entre agentes públicos ou colaboradores com o público externo; e

XIX - elaborar e propor à Ministra de Estado a criação ou aprimoramento de normas, procedimentos e demais mecanismos atinentes à promoção da ética e prevenção ao nepotismo, ao conflito de interesses e aos conflitos interpessoais

9. A atuação da CES é orientada, organizada e implementada por meio dos seguintes **processos**:

I - de gestão da ética, que incluem a formulação dos planos de trabalho, o monitoramento e a avaliação de resultados, referentes ao exercício e valendo-se das competências nos incisos II, alínea “a”, III, XI, XII e XIII, do parágrafo anterior;

II - de promoção da ética, que incluem medidas de difusão de conhecimentos, informações e boas práticas por meio de ações de comunicação, treinamentos, eventos e outras medidas para reforçar os valores e comportamentos éticos, referentes ao exercício e valendo-se das competências previstas nos incisos II, alínea “c”, X e XII, do parágrafo anterior;

III - de consulta sobre ética pública, por meio dos quais a CES, após provocada, presta assistência para dirimir dúvidas e prover orientações que se relacionem com questões atinentes aos temas de que trata o artigo 2º, referentes ao exercício das competências previstas nos incisos V, VI, XI e XIV a XVII, do parágrafo anterior;

IV - de apuração de infração ética, por meio dos quais a CES, de ofício ou a partir de denúncia ou representação, investiga atos, fatos e responsabilidades, aplica sanções ou estabelece acordos e promove demais medidas de remediação, referentes ao exercício das competências previstas nos incisos II, alínea “b”, IV, VII, VIII e XI, , do parágrafo anterior, que se dividem em:

a) procedimentos preliminares - PP, voltados à realização de juízo de admissibilidade de denúncia, representação ou proposta de apuração de ofício de eventual prática de infração ética;

b) processos de apuração ética - PAE, instaurados para apuração de responsabilidade acerca da prática de infração ética;

V - de atendimento a demandas institucionais, relativas à atuação da CES em resposta a solicitações que sejam dirigidas pela CEP ou pelas unidades organizacionais ou colegiados do MIR, referentes às competências previstas nos incisos I, III, IX e XVIII, do parágrafo anterior; e

VI - de edição de resoluções, voltadas instituir e definir normas e procedimentos administrativos, firmar interpretação sobre matéria de repercussão geral e adequar orientações da CEP às particularidades do MIR, referentes às competências previstas no inciso XIX do parágrafo anterior.

10. As informações sobre as ações e resultados atinentes aos processos da CES/MIR em 2024 são apresentadas a partir das iniciativas previstas para este ano, formalizadas por meio do [Plano de Gestão da Ética da CES/MIR para o triênio 2024-2027](#), que correspondem também às funções atinentes à gestão da ética no [Plano de Integridade do MIR 2024-2026](#), listadas a seguir:

I - Estruturação e Suporte à Atuação da Comissão de Ética e de sua Secretaria-Executiva (06.1 – Estruturação da comissão de ética setorial no MIR)

a) Levantar e prover os conteúdos e as ações de desenvolvimento de competências para a CES e SECES. Unidades e colegiados envolvidos: CEP e CGU. Prazo: Setembro / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR levantou e disponibilizou aos membros titulares e suplentes da CES/MIR um total 5 cursos de formação e ainda disponibilizou informações sobre 5 sítios com conteúdos de interesse, conforme informação disponível no documento 46169070, juntado aos autos do processo 21290.004561/2024-15.

b) Obter sala compartilhada de integridade com AECI, OUV e CORR para recebimento de agentes públicos e cidadãos e definir estrutura logística e funções comissionadas à SECES. Unidades e colegiados envolvidos: DGA, AECI, OUV e CORR. Prazo: Novembro / 2024

**Ações e resultados:** Iniciativa sob liderança da DGA/SE/MIR e que depende de adequações nos espaços da sede 2 do MIR, no 10º andar do Edifício Parque Cidade Corporate, em Brasília/DF.

c) Participar das ações de capacitação e trocas de experiências. Unidades e colegiados envolvidos: CEP, CITER e demais comissões setoriais. Prazo: Contínua

**Ações e resultados:** A SECES/MIR participou de ação de capacitação e troca de experiências no [Terceiro Encontro de Comissões de Ética Setoriais e ao projeto CONEXÃO-ÉTICA](#), bem como em [Visita Institucional à CEP](#), em maio de 2024.

d) Definir competências, processos e fluxos sobre mediação de conflitos interpessoais. Unidades e colegiados envolvidos: CITER e DGA. Prazo: Dezembro / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR elaboraram proposta substitutiva para a minuta do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação que traz competências, processos e fluxos relacionados ao acolhimento e medidas de eventual mediação, que se encontra sob gestão da AECI, conforme consta dos autos do processo 21290.004332/2024-09.

e) Indicador associado à iniciativa:

**Descrição:** Proposição do Regulamento de Gestão da Ética, da Designação da Comissão de Ética e do Regimento Interno

**A l v o :** 3 atos normativos propostos até 31/12 (processos 21290.200351/2023-75 e 21290.003465/2024-50)

**Resultado:** 3 atos normativos propostos nos 8 meses de funcionamento da CES/MIR (de maio a dezembro de 2024)

II - Estruturação e Suporte ao Funcionamento da Consultoria Ética (06.2 – Estruturação e funcionamento dos canais de consulta)

a) Atuar para definição e apresentação à CGU dos responsáveis pela administração e gestão do SeCI. Unidades e colegiados envolvidos: CITER e ASCOM. Prazo: Julho / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR já adotou as providências com a DGA/SE/MIR, estando o SeCI plenamente habilitado para consultas e pedidos de autorização, conforme processo 21290.202049/2024-32.

b) Definir sobre canais para recebimento de dúvidas (internas e externas). Unidades e colegiados envolvidos: CITER e ASCOM. Prazo: Julho / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR já finalizaram a minuta do Regimento Interno que estabelece competências, fluxos e prazos dos processos da CES/MIR. Aprovado pelo CITER, a proposta de regimento encontra-se sob análise a AECI, conforme processo 21290.003465/2024-50.

c) Organizar atribuições e fluxos de recebimento, distribuição, análise e respostas a pedidos pelo SeCI. Unidades e colegiados envolvidos: DGA. Prazo: Julho / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR já finalizaram a minuta do Regimento Interno que estabelece competências, fluxos e prazos dos processos da CES/MIR.

Aprovado pelo CITER, a proposta de regimento encontra-se sob análise a AEI, conforme processo 21290.003465/2024-50.

d) Definir papéis e fluxos de recebimento, distribuição, análise e resposta a dúvidas de cidadãos(ãs) e agentes públicos sobre demais temas de ética. Unidades e colegiados envolvidos: OUV, CORR e CNPIR. Prazo: Julho / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR já finalizaram a minuta do Regimento Interno que estabelece competências, fluxos e prazos dos processos da CES/MIR. Aprovado pelo CITER, a proposta de regimento encontra-se sob análise a AEI, conforme processo 21290.003465/2024-50.

e) Atuar na prestação de consultoria ética, incluindo para prevenção do conflito de interesses e nepotismo Unidades e colegiados envolvidos: DGA, OUV e CORR. Prazo: Contínua

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR prestaram 3 consultorias éticas (processos 21290.004252/2024-45 [1 dia], 21290.002689/2024-44 [2 dias] e 21290.202301/2024-11 [14 dias])

f) Indicador associado à iniciativa:

**Descrição:** Estruturação e funcionamento dos canais de consulta - Tempo médio para respostas (dias)

**Alvo:** Prazo de resposta em até 20 dias

**Resultado:** 3 consultas respondidas com prazo médio de 5,6 dias nos 8 meses de funcionamento da CES/MIR (de maio a dezembro de 2024)

### III - Estruturação e Suporte à Apuração de Desvios Éticos (06.3 – Apuração de desvios éticos)

a) Definir canais de denúncias (externas) e representações (internas). Unidades e colegiados envolvidos: CITER. Prazo: Agosto / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR já finalizaram a minuta do Regimento Interno que estabelece canais de denúncias da CES/MIR. Aprovado pelo CITER, a proposta de regimento encontra-se sob análise a AEI, conforme processo 21290.003465/2024-50.

b) Definir regras de distribuição e relatoria de análises preliminares e apurações no âmbito da CES. Unidades e colegiados envolvidos: [somente a CES/MIR]. Prazo: Agosto / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR já finalizaram a minuta do Regimento Interno que estabelece regras de distribuição e relatoria dos processos da CES/MIR. Aprovado pelo CITER, a proposta de regimento encontra-se sob análise a AEI, conforme processo 21290.003465/2024-50.

c) Atuar na apuração de desvio éticos. Unidades e colegiados envolvidos: [somente a CES/MIR]. Prazo: Contínua.

**Ações e resultados:** Não foram recebidas denúncias ou representações e nem instauradas apurações de ofício em 2024.

d) Indicador associado à iniciativa:

**Descrição:** Apuração de desvios éticos - Porcentagem de processos em andamento há mais de 180 dias.

**Alvo:** Inferior a 30%.

**Resultado:** Não houve processos conduzidos nos 8 meses de funcionamento da CES/MIR (de maio a dezembro de 2024).

### IV - Comunicação e Engajamento para Ética Pública (06.4 – Comunicação e engajamento para ética pública)

a) Definir as estratégias de comunicação e conteúdos sobre ética. Unidades e colegiados envolvidos: CEP, CITER e ASCOM. Prazo: Setembro / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR já finalizaram a minuta do Regimento Interno que estabelece as formas do estabelecimento de estratégias, inclusive de ações de comunicação e engajamento, da CES/MIR. Aprovado pelo CITER, a proposta de regimento encontra-se sob análise a AEI, conforme processo 21290.003465/2024-50.

b) Atuar para desenvolvimento de áreas e espaços de divulgação da ética no portal do MIR na Internet e Intranet Unidades e colegiados envolvidos: CEP, CITER e ASCOM. Prazo: Setembro / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR atuou para criação da área de Ética Pública no Portal

do MIR, endereço <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/comite-de-governanca-interna/etica-publica>.

- c) Atuar nas ações de comunicação para o engajamento. Unidades e colegiados envolvidos: ASCOM Prazo: Contínua

**Ações e resultados:** A SECES/MIR realizou 5 ações de comunicação e um evento relativo ao lançamento conjugado do programa de integridade e do plano de gestão da ética, conforme processo 21290.004560/2024-71.

- d) Indicador associado à iniciativa:

**Descrição:** Comunicação e engajamento para ética pública - Quantidade de ações de sensibilização realizadas.

**Alvo:** Combinado entre 12 comunicações sobre "boas práticas" ou 4 eventos.

**Resultado:** 8 ações realizadas em 8 meses de funcionamento da CES/MIR (de maio a dezembro de 2024).

V - Desenvolvimento de Competências e Conteúdos sobre Ética (06.5 – Formação e conteúdos sobre ética pública)

- a) Definir as estratégias de desenvolvimento de competências e formação em ética. Unidades e colegiados envolvidos: CEP, CITER, CNPIR e DGA Prazo: Novembro/ 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR já finalizaram a minuta do Regimento Interno que estabelece as formas do estabelecimento de estratégias, inclusive de ações de desenvolvimento de competências. Aprovado pelo CITER, a proposta de regimento encontra-se sob análise a AECI, conforme processo 21290.003465/2024-50.

- b) Desenvolver e disponibilizar formação para autoridades, agentes públicos do MIR e outros atores Unidades e colegiados envolvidos: CEP e DGA. Prazo: Dezembro / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR realizou 7 ações de divulgação de ações de treinamento e desenvolvimento de competências, conforme processo 21290.004561/2024-15.

- c) Coordenar e prover as ações de formação para autoridades e agentes públicos do MIR e outros atores Unidades e colegiados envolvidos: CEP, CITER, CNPIR e DGA. Prazo: Contínua

**Ações e resultados:** A CES não coordenou ou promoveu treinamentos diretamente, mas a SECES/MIR realizou 7 ações de divulgação de ações de treinamento e desenvolvimento de competências, conforme processo 21290.004561/2024-15.

- d) Indicador associado à iniciativa:

**Descrição:** Formação e conteúdos sobre ética pública - Quantidade de ações de formação oferecidas.

**Alvo:** Combinado entre 4 comunicações sobre capacitações externas ou 2 ofertas de capacitações internas (PDP) .

**Resultado:** 7 ações realizadas em 8 meses de funcionamento da CES/MIR (de maio a dezembro de 2024).

VI - Monitoramento da Gestão da Ética (06.6 – Monitoramento das ações e resultados da função gestão da ética)

- a) Definir instrumento e estratégia para coleta de dados de percepção da ética. Unidades e colegiados envolvidos: CEP, CITER, AECI, DGA e ASCOM. Prazo: Julho / 2024, periodicidade anual

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR juntamente com as demais unidades do CITER definiram a estratégia de avaliação de percepção da integridade que contempla dados de ética, conforme processo 21290.003463/2024-61.

- b) Definir estratégia de monitoramento da gestão da ética. Unidades e colegiados envolvidos: CEP, CITER e AECI. Prazo: Setembro / 2024

**Ações e resultados:** A SECES/MIR e a CES/MIR juntamente com as demais unidades do CITER definiram a estratégia de monitoramento por meio de indicadores, conforme consta do processo 21290.004756/2024-65.

- c) Levantar dados e produzir relatório de gestão da ética com apoio da CEP e da DGA. Unidades e colegiados envolvidos: CEP, CITER, AECI, DGA e ASCOM. Prazo: Janeiro / 2025, periodicidade anual

**Ações e resultados:** A SECES/MIR levantou os dados e produziu o relatório que consta



d) Indicador associado à iniciativa:

**Descrição:** Monitoramento das ações e resultados da função gestão da ética - Quantidade de relatórios de monitoramento elaborados.

**Alvo:** 1 relatório publicado.

**Resultado:** Este relatório SEI 47421801.

**5 INDICADORES APURADOS**

11. Conforme deliberação do item 2 do Registro da 13ª Reunião Ordinária do CITER e E-mail 46717430, deliberou-se pela aprovação dos indicadores trimestrais e anuais de monitoramento da integridade, estando abaixo o resultados de apuração referente a 2024 dos indicadores referentes às funções de gestão da Ética:

Ações	Indicador	Alvo (Prazo cumprimento)	Fonte das informações	Periodicidade de apuração	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Resultados Anuais	Fonte
06.1 – Estruturação da comissão de ética setorial	Proposição do Regulamento de Gestão da Ética, da Designação da Comissão de Ética e do Regimento Interno	3 atos normativos propostos à Ministra (até 31/012)	Informado pela CES	Sem periodicidade (não contínuo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	3	Vide processos 21290.200351/2023-75 e 21290.003465/2024-50
06.2 – Estruturação e funcionamento dos canais de consulta (processos de consulta de ética via SeCI)	Tempo médio para respostas (dias)	Prazo de resposta em até 20 dias	<a href="#">Painel SeCI</a> (informado pela CES, pois não foram recebidas demandas pelo sistema)	Trimestral	Não foram recebidas consultas	14	Não foram recebidas consultas	3,5	5,6	Vide processos 21290.202301/2024-11 [14 dias], 21290.002689/2024-44 [2 dias] e 21290.004252/2024-45 [1 dia]
06.3 – Apuração de desvios éticos	Porcentagem de processos em andamento há mais de 180 dias	inferior a 30%	Informado pela CES	Trimestral	Não houve processos em condução	Não houve processos em condução	Não houve processos em condução	Não houve processos em condução	Não houve processos em condução	Não houve processos em condução
06.4 – Comunicação e engajamento para ética pública	Quantidade de ações de sensibilização realizadas	Combinado entre 12 comunicações sobre "boas práticas" ou 4 eventos	Informado pela CES	Anual	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	8	Vide proocesso 21290.004560/2024-71 (5 comunicações e um evento que correspondem a 3 comunicações (lançamento do plano de ética)
06.5 – Formação e conteúdos sobre ética pública	Quantidade de ações de formação oferecidas	Combinado entre 4 comunicações sobre capacitações externas ou 2 ofertas de capacitações internas (PDP)	Informado pela CES	Anual	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	7	Vide proocesso 21290.004561/2024-15
06.6 – Monitoramento das ações e resultados da função gestão da ética	Quantidade de relatórios de monitoramento elaborados	1 relatório publicado	Informado pela CES	Anual	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	1	Vide proocesso 21290.004775/2024-91

Este relatório foi subscrito pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética, observadas as condições e o prazo registrado por meio da Deliberação 01 da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética Setorial (SEI 47749137).

Documento assinado eletronicamente

TEMÍSTOCLES MURILO DE OLIVEIRA JÚNIOR



Documento assinado eletronicamente por **Temistocles Murilo de Oliveira Junior**, **Secretario(a) Executivo(a)**, em 27/01/2025, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **47421801** e o código CRC **DC4F6FE6**.

Referência: Processo nº 21290.004775/2024-91.

SEI nº 47421801